

PLANO DE REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO RIO PARAOPEBA

Rompimento das barragens B1, B4 e B4-A do Complexo
Paraopeba II - Mina Córrego do Feijão

Capítulo 3 – Plano de Ação para Remediação, Reparação e Restauração dos Impactos

Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP)

(Código PL-T_P-3)

Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)

(Código PL-T_P-3_PJ-1)

Brumadinho/MG

Outubro de 2022

Índice

Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)	2
1.Apresentação	3
2.Objetivos	6
2.1. Objetivo geral	6
2.2. Objetivos específicos	6
3.Público-alvo e Área de Abrangência	7
4.Métodos e ações	11
5.Recursos necessários	24
6.Acompanhamento e Avaliação	25
6.1. Relatórios de acompanhamento	25
6.2. Metas e indicadores	25
6.3. Métodos de cálculo e aferição dos indicadores	30
6.3.1. Indicadores de realização	30
6.3.2. Indicadores de resultado	34
7.Cronograma e periodicidade das ações	35

Lista de Mapas

Mapa 1 – Área de Abrangência do Projeto CEM.	8
---	----------

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Quantitativo de vagas, Coletivos e Projetos de Intervenção Educadora (PIE).	5
Tabela 2 – Quantitativo de vagas disponíveis diretamente pelo projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM).	9
Tabela 3 – Cardápio de Aprendizagem do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) - Ano 1 do ciclo.	18
Tabela 4 – Cardápio de Aprendizagem do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) - Ano 2 do ciclo.	19
Tabela 5 – Valor de fomento por município/ciclo para implementação do projeto socioambiental de intervenção educadora.	21

Lista de Quadros

Quadro 1 – Indicadores do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM).	27
---	-----------

Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)

Programa: Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP)

Código do Programa: PL-T_P-3

Projeto: Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)

Código do Projeto: PL-T_P-3_PJ-1

Versão do Capítulo 3 no PRSA	Título	Versão do Projeto	Status de implantação	Responsável pela execução
N/A	Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)	Versão 1 – outubro/2020	Obsoleto	Vale S/A
Versão 1 - 2021	Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)	Versão 2 – maio/2021	Obsoleto	Vale S/A
Versão integrada - 2022	Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)	Versão 3 – (atual) outubro/2022	Não iniciado	Vale S/A

Elaboração: Arcadis, 2022.

1. Apresentação

O Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM), um dos projetos executivos integrantes do Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP), propõe promover um espaço integrador que articula pessoas e instituições constituindo uma rede de educação ambiental, propiciando espaços de diálogos sobre as realidades locais e a construção coletiva de conhecimentos e vivências que se materializam, mediante Projetos Socioambientais de Intervenção Educadora (PIE), a partir de um Cardápio de Aprendizagem com temáticas socioambientais e de fortalecimento das organizações da sociedade civil, no contexto do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba (PRSA), no âmbito da educação ambiental não formal.

Os Coletivos Educadores Municipais têm como premissa maior, de sua constituição, serem espaços compostos pelas representatividades da diversidade do tecido social, de cada município, por instituições que atuam no âmbito da educação ambiental, atores locais estratégicos, diversos e representativos, como estrutura fundamental e estratégica para o fortalecimento da Rede de Educação Ambiental, capilarizando e enraizando o desenvolvimento de processos formativos e Projetos de Intervenção Educadora (PIE) na bacia do rio Paraopeba.

Cada coletivo constituirá um espaço de vivências, de reflexões e ações coletivas, capazes de capilarizar e impulsionar processos formativo-educativos em educação ambiental, para além do entendimento somente das questões locais, mas para propiciar a formação de sujeitos corresponsáveis na construção de territórios socioambientalmente, conscientes e protagonistas na solução de problemas.

É essencial ressaltar a arquitetura da capilaridade como um ponto forte dos coletivos educadores municipais, onde pessoas, grupos representativos, aprendem participando por meio dos processos formativos, e ensinam e influenciam outras pessoas a participarem e aprenderem também (envolvendo a população daquele território ou setor social por meio dos Projetos de Intervenção Educadora).

A Intervenção Educadora, no contexto deste projeto, consiste na atuação do CEM enquanto multiplicador dos conhecimentos construídos e adquiridos nos processos formativos. Configura-se como projeto socioambiental elaborado e executado pelo Coletivo de forma participativa que se estabelece no cotidiano e tem como ponto de partida a realidade local vivida.

Projeto Coletivos Educadores Municipais no âmbito do PEABP

Os Coletivos Educadores, segundo a Política Nacional de Meio Ambiente, são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à diversidade de habitantes de um determinado território. Seu papel é promover a articulação institucional e de políticas públicas, reflexões críticas acerca da problemática socioambiental, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, otimização de recursos materiais e humanos, proatividade dos seus participantes, visando à continuidade e sinergia de processos de aprendizagem, de modo a sedimentar a educação ambiental no tecido social dos territórios.

Na medida em que o PEABP constitui uma rede por meio dos Coletivos Educadores Municipais, através da mobilização de um conjunto de atores e instituições, promove diálogo, articulação, troca de experiências e fortalecimento da educação ambiental e, conseqüentemente, reforça a colaboração, a solidariedade e a cooperação como instrumentos eficazes de atuar na realidade socioambiental do território, incluindo-se os diálogos e ações acerca dos programas da reparação.

Diferentemente dos outros projetos, este não convoca um público específico, mas sim uma diversidade e representatividade de atores que atuam na realidade socioambiental do município, formando outros educadores ambientais no seu território, capilarizando o conhecimento e ação por meio de Projetos de Intervenção Educadora (PIE), de caráter socioambiental, que concebem e potencializam ao longo do tempo.

Propõe-se a mobilizar instituições e pessoas para planejar, intervir, ensinar, aprender, monitorar e avaliar as atividades formativas. Inicialmente é preciso partir de um mapeamento e mobilização de organizações da sociedade civil preferencialmente locais, que serão responsáveis e contratadas via edital para execução deste projeto, ou seja, essas organizações mobilizarão atores diversos e estratégicos, constituindo e formando os Coletivos Educadores Municipais que, coletivamente, irão desenvolver os Projetos Socioambientais para Intervenção Educadora no território.

As instituições parceiras, executoras do terceiro setor, serão compostas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs - selecionadas via edital), e assessoradas e monitoradas pelo Fundo Brasileiro de Educação Ambiental/FunBEA (instituição executora). As OSCs têm um papel fundamental para a propagação dos pilares da educação ambiental no território por meio dos Projetos de Intervenções Educadoras (PIE) alicerçados na realidade socioambiental dos municípios. Ressalta-se que essas instituições atuarão mediante acompanhamento, formação e monitoramento técnico da equipe do PEABP e do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA).

As atividades ocorrerão em 03 (três ciclos) de execução do projeto. Cada ciclo corresponde a um período de 02 anos de execução, sendo que o primeiro ano (marco zero) será voltado para as articulações institucionais, mobilização e seleção via edital das instituições parceiras executoras (Organizações da Sociedade Civil) responsáveis pela constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais, arranjos contratuais, alinhamento conceitual das parceiras contratadas e elaboração do plano de trabalho de execução do projeto. A cada novo ciclo novas instituições e pessoas poderão se envolver neste projeto, ampliando e fortalecendo as redes, por meio da implantação de novos projetos de intervenção educadora ou dando continuidade aos projetos já iniciados, mediante o número de vagas definido para cada município.

Em cada ciclo serão disponibilizadas diretamente 410 vagas, podendo constituir 26 Coletivos Educadores Municipais, elaborar e implementar 26 Projetos de Intervenção Educadora, sendo um (01) por município.

Os CEM serão formados por várias representatividades, pessoas que representam diversos segmentos (pressuposto da diversidade), ou seja, ele será diverso. Um projeto por município oportunizará que cada coletivo se consolide e se fortaleça como espaço da educação ambiental dentro do município que atuará, pois o projeto congregará saberes constituindo um espaço de

aprendizagem de colaboração, construção coletiva, diálogo, protagonismo e solução coletiva de problemas.

Outra qualidade importante dos coletivos, partindo do pressuposto da diversidade, é que as decisões de como esse projeto será capilarizado, quanto ao tema, a metodologia, as ações, o custo financeiro, com base no fomento disponível por município/coletivo educador, é uma decisão do grupo (onde, quando, como, e com quem) definido ao longo do processo formativo. A possibilidade de se construir coletivamente um projeto de intervenção educadora, no âmbito de um Coletivo Educador Municipal, assegura ainda mais a autonomia, a corresponsabilidade, o empoderamento e a representatividade dos participantes nos Coletivos Educadores Municipais.

Tabela 1 – Quantitativo de vagas, Coletivos e Projetos de Intervenção Educadora (PIE).

Ciclo	Vagas	Número de Coletivos Educadores (1 por município)	Número de (PIE) (1 por município)
Primeiro	410	26	26
Segundo	410	26	26
Terceiro	410	26	26
Totais	1.230	78	78

Elaboração: VALE S/A., 2022.

Os tópicos a seguir apresentam o detalhamento deste Projeto, considerando que as atividades, a métrica, para o número de vagas de pessoas a serem formadas e os processos, serão os mesmos em todos os três ciclos e que as avaliações processuais, revisões e potenciais adaptações ocorrerão de acordo com o amadurecimento e melhoria contínua no decorrer de cada ciclo.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Contribuir para promover o fortalecimento institucional e o aprendizado do pensar e agir coletivamente através da constituição de Coletivos Educadores Municipais e de Projetos de Intervenção Educadora (PIE).

2.2. Objetivos específicos

São objetivos específicos do Projeto:

- Contribuir para o fortalecimento das instituições governamentais e parceiros da sociedade civil a partir da atuação integrada e colaborativa nos Coletivos Educadores Municipais;
- Apoiar e estimular processos participativos que apontem para o protagonismo social nas questões socioambientais no território, no contexto da reparação socioambiental da bacia do rio Paraopeba;
- Contribuir para o fortalecimento das instituições da sociedade civil, os projetos e seus atores sociais locais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em projetos socioambientais, ampliando o envolvimento da sociedade em intervenções educadoras;
- Contribuir para a construção e fortalecimento de uma rede colaborativa de educadores ambientais, que desenvolvam projetos socioambientais contextualizados com a realidade do território.

3. Público-alvo e Área de Abrangência

O Coletivo Educador Municipal tem como premissa a representatividade, o acolhimento de diferentes pessoas e grupos, que ocupam/atuem em diversos segmentos dentro dos municípios, tais como: profissionais da educação, estudantes, agricultores, apicultores, agentes de saúde, merendeiras, donas de casa, lideranças comunitárias, artesãos, técnicos da área socioambiental de empresas e órgãos governamentais, jornalistas, membros das comunidades tradicionais, membros dos movimentos religiosos, juventude, dentre outros. Participantes representativos e que são mapeados de acordo com sua atuação nas questões socioambientais e nos projetos existentes, já identificados no território, observando-se a localidade de moradia (urbano/rural), segmento de atuação, idade, gênero, etnia.

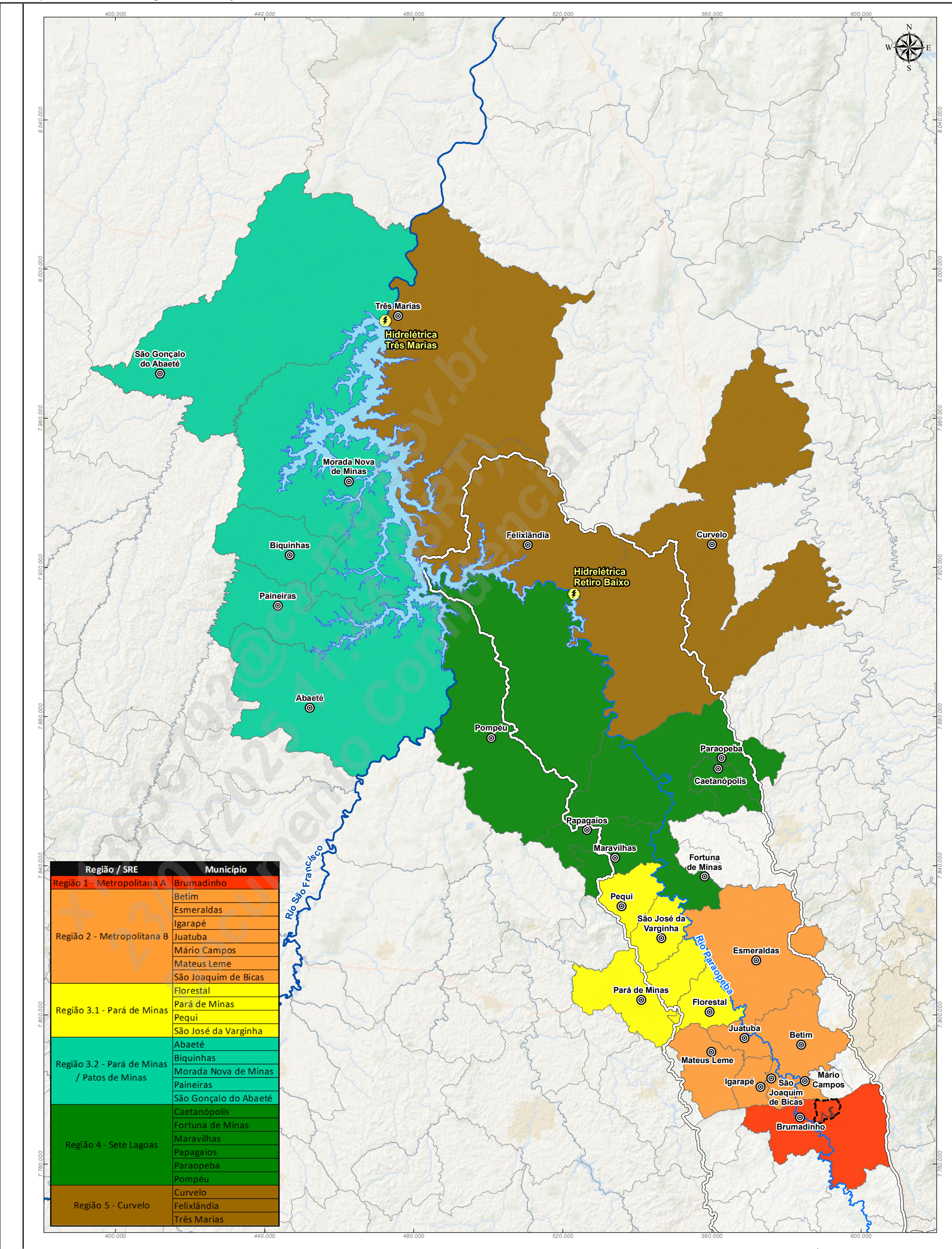
Salienta-se que o PEABP está proposto no Capítulo 3 do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba, e a partir do Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI), assinado entre a Vale e o Estado de Minas Gerais em fevereiro de 2021, passou a ser referenciado formalmente como integrante do Anexo II.1, onde, definiu o prazo de vigência de 10 anos (cláusula 9.1), contabilizados a partir da assinatura do AJRI.

Diretamente este projeto envolverá aproximadamente 1.230 pessoas (410 em cada ciclo – 1 ciclo = 2 anos), dos 26 municípios de abrangência do programa, e indiretamente¹ as pessoas a serem envolvidas na implementação dos projetos de intervenção educadora (capilaridade).

Os 26 municípios foram organizados em cinco (05) regiões de abrangência, acompanhando a organização utilizada pelas Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais (SRE), sendo que a região Pará de Minas, em função da quantidade de municípios contemplados, foi subdividida em duas (02) regiões - Pará de Minas 1 e Pará de Minas 2 - esta última incorporou o município São Gonçalo do Abaeté, pertencente a SRE Patos de Minas.

Segue a organização das 05 regiões: Região 1 - Metropolitana A – Brumadinho; Região 2 - Metropolitana B – Betim, Esmeraldas, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas; Região 3.1 Pará de Minas 1 – Florestal, Pará de Minas, Pequi, São José da Varginha; Região 3.2 Pará de Minas 2 e Patos de Minas – Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté; Região 4 - Sete Lagoas – Caetanópolis; Fortuna de Minas, , Maravilhas, Papagaios, Paraopeba, Pompéu; Região 5 - Curvelo - Curvelo, Felixlândia, Três Marias, conforme demonstrado no Mapa 1, a seguir.

¹ O número de pessoas envolvidas indiretamente será mensurado a partir da conclusão do primeiro ciclo do projeto pela abrangência dos resultados obtidos, por meio do monitoramento dos projetos implantados realizados pelas Organizações da Sociedade Civil contratadas via edital para condução do projeto.



A partir do agrupamento das regiões, seguindo a lógica adotada pelas Superintendências Regionais de Ensino (SRE), procedeu-se a distribuição de vagas e o valor referente ao fomento dos projetos de intervenção educadora, de cada município, de acordo com a metodologia de divisão de recursos do PEABP apresentada no Anexo VI do Programa. Cabe destacar que essa metodologia foi desenvolvida com base no estudo empregado no Acordo Judicial de Reparação Integral relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV e B-IVA da Mina Córrego do Feijão.

Ressalta-se que a distribuição de vagas foi baseada no número referência de 300 pessoas por ciclo, com base na arquitetura de capilaridade sugerida pelo Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais - ProFEA (documento técnico nº 07 – órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei 9.795/1999) e da experiência de outros Coletivos Educadores desenvolvidos em territórios com uma população estimada de 1 milhão de habitantes.

A partir da referência de 300 pessoas foi analisada a proporcionalidade alcançada pelos municípios no estudo pautado no Acordo Judicial de Reparação Integral relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV e B-IVA da Mina Córrego do Feijão. Ressalta-se que o número de vagas e os valores de fomento aos projetos foram baseados na metodologia proposta, conforme Anexo VI.

Tabela 2 – Quantitativo de vagas disponíveis diretamente pelo projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM).

Município	Região / SRE	Proporcionalidade (%)	Vagas por ciclo
Brumadinho	1 / Metropolitana A	3,842	17
TOTAL			17
Betim	2 / Metropolitana B	9,948	40
Esmeraldas	2 / Metropolitana B	4,855	20
Igarapé	2 / Metropolitana B	3,754	15
Juatuba	2 / Metropolitana B	4,822	20
Mário Campos	2 / Metropolitana B	5,670	23
Mateus Leme	2 / Metropolitana B	3,481	14
São Joaquim de Bicas	2 / Metropolitana B	6,272	25
TOTAL			157
Florestal	3 / Pará de Minas 1	3,479	14
Pará de Minas	3 / Pará de Minas 1	3,584	15
Pequi	3 / Pará de Minas 1	3,294	14
São José da Varginha	3 / Pará de Minas 1	3,489	14
Abaeté	3 / Pará de Minas 2	2,474	10
Biquinhas	3 / Pará de Minas 2	2,507	10

Município	Região / SRE	Proporcionalidade (%)	Vagas por ciclo
Morada Nova de Minas	3 / Pará de Minas 2	2,034	9
Paineiras	3 / Pará de Minas 2	2,395	10
São Gonçalo do Abaeté (SRE Patos de Minas) *2	3 / Pará de Minas 2	2,406	10
TOTAL			106
Caetanópolis	4 / Sete Lagoas	2,881	12
Fortuna de Minas	4 / Sete Lagoas	5,485	22
Maravilhas	4 / Sete Lagoas	3,635	15
Papagaios	4 / Sete Lagoas	3,614	15
Paraopeba	4 / Sete Lagoas	3,455	14
Pompéu	4 / Sete Lagoas	3,241	13
TOTAL			91
Curvelo	5 / Curvelo	3,746	15
Felixlândia	5 / Curvelo	3,074	13
Três Marias	5 / Curvelo	2,562	11
TOTAL			39
Total			410

Elaboração: VALE S/A., 2022.

² *O município São Gonçalo do Abaeté pertence a Superintendência Regional de Ensino Patos de Minas, entretanto, em função da logística e operacionalização dos projetos executivos que compõem o PEABP, foi incorporado à Região 3 - Pará de Minas, sub-região Pará de Minas 2.

4. Métodos e ações

A base conceitual do projeto Coletivos Educadores Municipais situa-se na perspectiva freireana, que considera o diálogo como forma de comunicação e construção do conhecimento e, a análise crítica da realidade, a ação-reflexão-ação (*práxis*) como princípio norteador das transformações desejadas na prática. Neste sentido, os principais norteadores legais e conceituais do processo de formação deste público são:

- Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA): Série Documentos Técnicos – 7, 2006 – Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação;
- Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis – 2007. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação;
- Política Nacional de Educação Ambiental – Lei: 9.795/1999;
- Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA;
- Teoria da Práxis – articulação teoria/prática na perspectiva dialógica;
- Pesquisa – Ação – Participante (PAP);
- Desenvolvimento territorial na perspectiva da percepção e cartografia social;
- O processo formativo na perspectiva do Cardápio de Aprendizagem - envolvimento dos diferentes contextos, saberes e realidades socioculturais (saber popular, saber acadêmico, a cidade, o campo, áreas indígenas, quilombolas, dentre outras) na organização dos temas formativos;
- Intervenção Educadora nos seus diferentes contextos e realidades socioculturais (cidade, campo, áreas indígenas, quilombolas).

Etapas de Execução

Etapas de Execução	
Etapas de Execução	

Etapas de Execução	
Etapas de Execução	

Etapas de Execução	
Etapas de Execução	

Etapas de Execução	
Etapas de Execução	

Etapas de Execução	
Etapas de Execução	

Etapa 5 Constituição e Formação dos Coletivos Educadores Municipais (conduzidos pelas OSCs contratadas).

Etapa 6 Implementação dos projetos de intervenção educadora (facilitados pelas OSCs contratadas).

Caracterização das etapas de execução

Etapa 1 – Formalização (instrumento jurídico) com o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA)

Trâmites legais e institucionais para a celebração de instrumento jurídico com o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental/FunBEA para assessoramento, formação, monitoramento e avaliação das ações das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no âmbito do Projeto Coletivo Educador Municipal.

Etapa 2 – Articulação institucional

A implementação do PEABP inicia-se com uma etapa necessária no âmbito dos CEM, a articulação institucional com as 26 prefeituras, por meio das suas secretarias, no sentido de apresentar a estrutura do PEABP e contextualizá-la com o território.

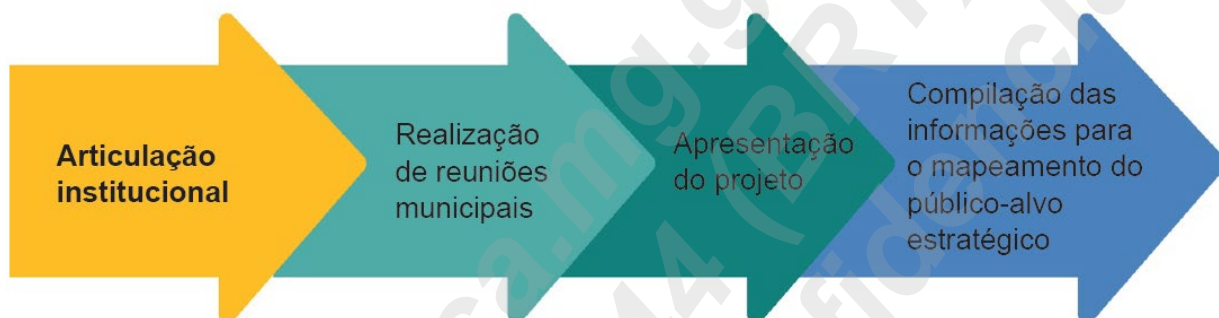
A primeira ação para a compreensão e articulação do PEABP consiste em reuniões com representantes das secretarias de Educação e/ou Meio Ambiente, dos 26 municípios. Essa atividade de articulação inicial consiste na apresentação das ações e programas vinculados a cada secretaria pelos seus representantes, seguida da apresentação das diretrizes gerais do PEABP e, na sequência, a identificação de sinergias entre as ações municipais e os projetos do PEABP.

Por meio dessas reuniões, objetiva-se apresentar o projeto CEM, esclarecer e compartilhar informações sobre cada etapa a ser desenvolvida, formalizar a adesão das prefeituras municipais nos Coletivos Educadores e levantar informações que contribuam para o mapeamento da rede potencial de parceiros e do público-alvo estratégico: mapeamento dos atores da educação ambiental estratégicos, o reconhecimento das ações de EA que já existem nos municípios: onde, como, por quem e com quem elas são articuladas.

Além de se configurar como um processo de articulação institucional é, também, um processo formativo no sentido de compreender as metodologias participativas, que serão empregadas no âmbito dos projetos executivos do PEABP e, sobretudo, compreender as bases conceituais e teóricas da educação ambiental, nas quais o PEABP se alicerça.

Nesse processo dialoga-se sobre o Termo de Adesão (Anexo VII) que formaliza a “aderência” de cada um dos 26 municípios ao PEABP. No Termo de Adesão, busca-se a nomeação ou indicação de pontos focais na gestão pública, que serão os principais contatos de articulação do PEABP, com o intuito de aproximar cada vez mais os projetos executivos da realidade dos municípios.

Em síntese, a articulação institucional é o momento de aproximação da estrutura do PEABP com as realidades locais. Apesar de ser uma etapa que tem forte atuação no primeiro ciclo, configura-se, também, como uma etapa processual, que acontece ao longo de toda implementação do Programa. Serão momentos de alinhamento junto com a gestão pública, de avaliação da capilaridade, realização de monitoramento, portanto, a articulação institucional é contínua e se materializa ao longo do processo do PEABP.



Elaboração: VALE S/A., 2022.

Etapa 3 – Chamamento e alinhamento de instituições potenciais parceiras para a constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais (levantamento de potenciais executoras/OSCs)

O PEABP entende que a atuação e o fortalecimento em rede possibilitarão a construção coletiva e o intercâmbio de visões e experiências entre cidadãos de diversos setores da sociedade, buscando fortalecer o tecido social local, permitindo ampliar o conhecimento da realidade socioambiental dos municípios, aumentar e qualificar o conhecimento sobre o território na bacia do rio Paraopeba.

Sendo assim, para constituir ou fortalecer uma rede é importante conhecer as forças locais que já atuam no território. Nesse sentido, realizou-se inicialmente uma fase de diagnóstico das instituições da sociedade civil, apresentada no item 1.2 do PEABP, organizada através de dados secundários, que serão complementadas com o mapeamento a realizar-se na etapa 1 de articulação institucional, com as secretarias municipais, e dados oriundos da realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP).

Em seguida, será lançado um chamamento para o cadastramento das instituições potenciais parceiras executoras, por meio de um amplo processo de comunicação, visando mobilizar potenciais parceiras que já atuam no território no campo da educação ambiental.

Após o período de finalização do cadastramento, as instituições potenciais parceiras executoras serão convidadas para participarem de fóruns virtuais, com carga horária de 24 horas, com o objetivo de integrar as forças locais, apresentar o PEABP, alinhar conceitualmente as diretrizes e documentos norteadores adotados pelo Programa, assim como, alinhar as instituições quanto aos procedimentos e normas legais e de avaliação de Integridade Corporativa exigida pela Vale, para contratação de instituições via editais. Os Fóruns virtuais

serão momentos realizados com a finalidade de detalhar os editais, explicar os processos de constituição dos Coletivos Educadores; serão momentos explicativos e esclarecedores e que serão detalhados no Plano de Trabalho do FunBEA, conforme fluxo abaixo:



Elaboração: VALE S/A., 2022.

Etapa 4 – Elaboração de edital, publicação de edital, seleção e formação das instituições parceiras executoras locais

Será lançado o edital para contratação de parceiras para conduzir a constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais. Será selecionada 1 instituição por região de abrangência, abrindo-se a possibilidade de uma instituição atuar em mais de uma região, desde que tenha capacidade operacional e técnica para tal. Será priorizado, no processo de capacitação e contratação, as instituições parceiras locais. O segundo critério, para a seleção das organizações, contempla aquelas instituições que atuam na bacia do rio Paraopeba e o terceiro critério, as instituições de nível regional/nacional com *expertise* técnica comprovada.

As instituições selecionadas, via edital, serão comunicadas diretamente e convidadas a participarem de um encontro formativo e de construção coletiva do plano de trabalho da constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais (a partir do Plano de Trabalho concebido pelo FunBEA e validado pelo órgão).

Com carga horária de 40 horas, o encontro tem como proposta:

Dia 1

- Apresentar e integrar as instituições contratadas para atuar nas 05 regiões;
- Apresentar e conhecer o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba (PRSA);
- Apresentar e conhecer o PEABP.

Dia 2

- Imersão nos conceitos norteadores do PEABP (correntes de educação ambiental, Pesquisa-Ação-participante, Coletivos Educadores, Coletivos Jovens, comunidades de aprendizagem, cardápio de aprendizagem, intervenção educadora).

Dia 3 e 4

- Elaborar plano de trabalho para a constituição dos Coletivos Educadores: identificação do público-alvo; estratégias de mobilização; constituição e formação do Coletivo Educador Municipal e diretrizes de elaboração do projeto de intervenção educadora (a partir do Plano de Trabalho concebido pelo FUNBEA e validado pelo órgão).

Dia 5

- Estratégias de elaboração e implementação dos projetos socioambientais (Projetos de Intervenção Educadora - PIE) no território;
- Ressalta-se que outros conteúdos possam vir a compor o Cardápio de Aprendizagem desta oficina, mediante resultados e demandas surgidas nos fóruns virtuais;
- As instituições selecionadas e formadas serão responsáveis pela condução dos processos formativos do projeto Coletivos Educadores Municipais, sendo assessoradas e acompanhadas pela equipe técnica do PEABP e Fundo Brasileiro de Educação Ambiental/FunBEA. Em síntese, segue o fluxo dessa etapa:



Elaboração: VALE S/A., 2022.

É válido pontuar que a equipe técnica do FunBEA atuará desde o início nos editais, nos encontros formativos e todo acompanhamento e suporte técnico na constituição dos Coletivos Educadores Municipais.

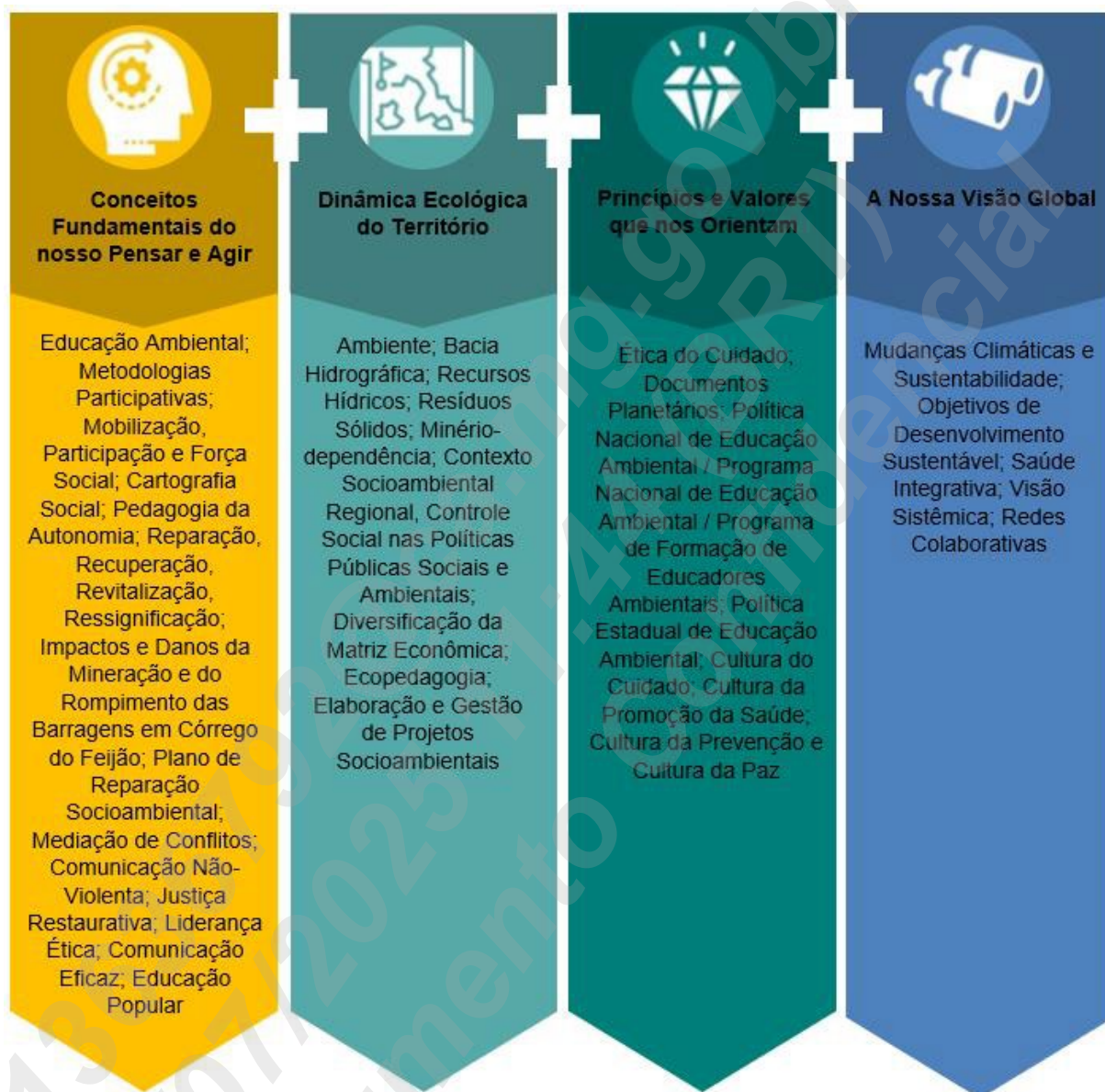
Etapas 5 – Constituição e Formação dos Coletivos Educadores Municipais

Com o plano de trabalho elaborado coletivamente e com as estratégias de mobilização definidas, as instituições selecionadas em edital iniciarão a mobilização social nas suas respectivas regiões para a constituição dos Coletivos Educadores Municipais.

A primeira ação dessa etapa consiste na identificação e mobilização do público-alvo para constituir os Coletivos Educadores Municipais, com a premissa assegurada de representatividade dos diversos setores do município. Para isso, será utilizado um plano de comunicação para divulgação nas mídias sociais e canais de comunicação dos parceiros para seleção do público-alvo mediante critérios de seleção, listados abaixo:

- Históricos pessoais comprometidos com as questões socioambientais;
- Representatividade no tecido social do município (segmento que atua/abarcara diversidade);
- Rural e urbano, faixa etária, formação acadêmica, saberes tradicionais e outros saberes, além da diversidade étnica e cultural;
- Representatividade de atores estratégicos envolvidos em outros programas do PRSA.

A partir da constituição dos Coletivos Educadores Municipais (adesão voluntária do indivíduo), inicia-se a formação do Coletivo Educador Municipal pautada no Cardápio de Aprendizagem, onde deverão ser realizados ao menos 05 encontros anuais/regionais – com itens formativos desenvolvidos nas regiões e 07 encontros anuais/municipais – com itens formativos desenvolvidos nos municípios, por meio de rodas de conversa, palestras dialogadas, oficinas, *workshops* entre outros, visando, ao final da formação do primeiro ano, a elaboração do Projeto de Intervenção Educadora (PIE) do Coletivo Educador Municipal. Abaixo seguem os eixos orientadores que constituirão o Cardápio de Aprendizagem do Projeto.



Elaboração: VALE S/A., 2022.

Para cada eixo norteador do cardápio de aprendizagem são oferecidos temas (itens) formativos que poderão compor o cardápio do Coletivo Educador Municipal. A definição de quais itens irá compor o Cardápio de Aprendizagem, tanto no âmbito regional quanto municipal, será definido pelos participantes dos Coletivos Educadores Municipais no primeiro encontro formativo.

O objetivo da diversidade temática é de oportunizar um número maior de possibilidades para que os coletivos possam escolher os principais temas de interesse e conexão com a realidade do território e da vida dos sujeitos, e assim comporem a trajetória de aprendizagem apresentada na Tabela 3.

Os coletivos irão definir dentro desses temas (que englobam questões socioambientais e de desenvolvimento humano importantes para a formação do indivíduo e do coletivo), quais eles querem trabalhar, em cada um dos eixos norteadores, tendo como critério os temas que melhor reflita/retrate a realidade do coletivo para a elaboração e execução dos projetos de intervenção

educadora que se propôs a realizar. A possibilidade de escolha dos itens assegura ainda mais a autonomia e a representatividade dos coletivos, pois devem partir das necessidades de cada município/região/território.

É válido ressaltar que por se tratar de um processo formativo de Educação Ambiental, no âmbito não formal, esses temas não estão definidos podendo ser reconfigurados mediante a trajetória do Coletivo Educador Municipal. No contexto da carga horária estabelecida, os coletivos podem propor outros temas que porventura não foram contemplados e são importantes de serem abordados em seu contexto, buscando fortalecer os processos coletivos, continuados e democráticos, conforme embasamentos da Educação Ambiental Crítica.

As formações acontecerão nas regiões e nos municípios, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Cardápio de Aprendizagem do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) - Ano 1 do ciclo.

Ano 1 – Cardápio de Aprendizagem do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)			
Eixos Norteadores	Carga Horária	Modalidade (presencial ou virtual)	Regional ou Municipal
Acolhida e definição dos Itens de Cardápio de Formação no âmbito Regional e Municipal (mediante eixos norteadores)	8h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 1: Princípios e valores que nos orientam	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 1: Princípios e valores que nos orientam	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 2: Dinâmica ecológica do território	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 2: Dinâmica ecológica do território	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 3: Conceitos fundamentais do nosso pensar e agir	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 3: Conceitos fundamentais do nosso pensar e agir	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 4: A nossa visão global	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 4: A nossa visão global	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Encontro de Trabalho para estruturação do Projeto de Intervenção Educadora (PIE)	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Avaliação do Projeto – Ano 1	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Avaliação do Projeto – Ano 1	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO

Elaboração: VALE S/A., 2022.

Tabela 4 – Cardápio de Aprendizagem do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) - Ano 2 do ciclo.

Ano 2 – Cardápio de Aprendizagem do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM)			
Eixos Norteadores	Carga Horária	Modalidade (presencial ou virtual)	Regional ou Municipal
Acolhida, definição dos Itens de Cardápio no âmbito Regional e Municipal e estruturação do projeto de intervenção educadora (mediante eixos norteadores)	8h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 1: Princípios e valores que nos orientam/ Projetos de Intervenção Educadora (PIE)	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 1: Princípios e valores que nos orientam/ Projetos de Intervenção Educadora (PIE)	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 2: Dinâmica ecológica do território/ Projetos de Intervenção Educadora (PIE)	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 2: Dinâmica ecológica do território/ Projetos de Intervenção Educadora (PIE)	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 3: Conceitos fundamentais do nosso pensar e agir/ Projetos de Intervenção Educadora	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 3: Conceitos fundamentais do nosso pensar e agir/ Projetos de Intervenção Educadora	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Eixo 4: A nossa visão global/ Projetos de Intervenção Educadora	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Eixo 4: A nossa visão global/ Projetos de Intervenção Educadora	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Avaliação de implementação do Projeto de Intervenção Educadora	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO
Avaliação do Projeto - Ano 2	8h	Presencial	01 encontro por REGIÃO
Avaliação do Projeto - Ano 2	4h	Presencial	01 encontro por MUNICÍPIO

Elaboração: VALE S/A., 2022.

A carga horária será de 72 horas anuais de formação sendo composta por 5 encontros de 8 horas anual realizados por região e 6 encontros de 4h e 1 encontro de 8 h anual realizados por

município, totalizando 144h/ciclo de formação, sendo que essa carga horária será organizada e distribuída de acordo com a disponibilidade e realidade de cada município/região, podendo ser realizada de forma híbrida.

Ressalta-se que as despesas referentes a organização dos encontros formativos (espaço e infraestrutura, alimentação e transporte dos participantes) serão custeadas pelo PEABP.

Etapa 6 – Implementação dos Projetos

Com o objetivo de fomentar a implementação dos Projetos de Intervenção Educadora (PIE), o cardápio de aprendizagem, no segundo ano do ciclo, passa a ser orientado no sentido de capilarizar o aprendizado obtido, mobilizando a comunidade na sua representatividade por meio da implantação dos projetos. Com carga horária de 72 horas/ano, deverão ser realizados 05 encontros presenciais por região de 8 horas e 6 encontros por município de 4 horas e 01 de 8 horas para a implementação e o fortalecimento dos Projetos de Intervenção Educadora visando a capilaridade das ações e o enraizamento pelo território das tecnologias sociais desenvolvidas.

Mas, o que é Intervenção Educadora/Educacional?

Segundo Guimarães (2005), a intervenção educadora é focada na transformação do indivíduo, onde, somando os indivíduos transformados teremos como resultado uma nova sociedade com seus problemas superados. É preciso, como intervenção educacional, a construção de um ambiente educativo de conscientização, e compreensão-construção de uma realidade socioambiental em sua complexidade.

Uma intervenção educacional crítica assume sua dimensão política. É uma Educação Ambiental comprometida com a transformação da realidade rumo a sustentabilidade socioambiental e percebe o ambiente educativo como movimento, mas um movimento aderido ao da realidade socioambiental, onde se contextualiza. Essa adesão é que possibilita à intervenção educacional transformar a realidade socioambiental e isso se dá por uma práxis educativa (reflexão-ação) que potencializa a ação cidadã de sujeitos individuais e coletivos que resistem ao caminho único imposto pela racionalidade dominante (GUIMARÃES, 2005).

A intervenção educadora pode ser concretizada em intervenções na realidade socioambiental local, através de projetos pedagógicos em uma perspectiva freireana. Neste sentido, o projeto é uma oportunidade de se criar um movimento no cotidiano de inserção crítica dos atores. O projeto é um desafio que se coloca para, ao entender a realidade, procurarmos enfrentar os problemas transformando a realidade e a nós, reciprocamente.

Para tanto, em cada ciclo serão disponibilizados no total R\$ 1.947.980,52 (Um milhão novecentos e quarenta e sete mil e novecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos), distribuídos entre os 26 municípios, mediante estudo (Anexo VI) embasado no Acordo Judicial de Reparação Integral relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV e B-IVA da Mina Córrego do Feijão, com o objetivo de apoiar a implantação do projeto de cada Coletivo Educador Municipal, sendo que ao final de cada ciclo será oportunizada a constituição de 01 Coletivo Educador por município e o apoio à implantação de 01 projeto por município. Ressalta-se que o número de projetos realizados por ciclo está atrelado à assinatura do Termo de Adesão pelos municípios. Em síntese, conforme fluxo abaixo:



Elaboração: VALE S/A., 2022.

Segue Tabela 5 com o valor referente ao fomento por município/ciclo para implementação do projeto.

Tabela 5 – Valor de fomento por município/ciclo para implementação do projeto socioambiental de intervenção educadora.

Valor de Fomento por município/ciclo para a implementação do Projeto			
Município	Região / SRE	Proporcionalidade (%)	Valor Fomento por ciclo (R\$)
Brumadinho	1 / Metropolitana A	3,842	74.842,16
			74.842,16
Betim	2 / Metropolitana B	9,948	193.787,04
Esmeraldas	2 / Metropolitana B	4,855	94.575,40
Igarapé	2 / Metropolitana B	3,754	73.127,92
Juatuba	2 / Metropolitana B	4,822	93.932,56
Mário Campos	2 / Metropolitana B	5,670	110.451,60
Mateus Leme	2 / Metropolitana B	3,481	67.809,88
São Joaquim de Bicas	2 / Metropolitana B	6,272	122.178,56
			755.862,96
Florestal	3 / Pará de Minas 1	3,479	67.770,92
Pará de Minas	3 / Pará de Minas 1	3,584	69.816,32
Pequi	3 / Pará de Minas 1	3,294	64.167,12
São José da Varginha	3 / Pará de Minas 1	3,489	67.965,72
Abaeté	3 / Pará de Minas 2	2,474	48.193,52
Biquinhas	3 / Pará de Minas 2	2,507	48.836,36

Valor de Fomento por município/ciclo para a implementação do Projeto			
Município	Região / SRE	Proporcionalidade (%)	Valor Fomento por ciclo (R\$)
Morada Nova de Minas	3 / Pará de Minas 2	2,034	39.622,32
Paineiras	3 / Pará de Minas 2	2,395	46.654,60
São Gonçalo do Abaeté (SRE)	/ Pará de Minas 2	2,406	46.868,88
			499.895,76
Caetanópolis	4 / Sete Lagoas	2,881	56.121,88
Fortuna de Minas	4 / Sete Lagoas	5,485	106.847,80
Maravilhas	4 / Sete Lagoas	3,635	70.809,80
Papagaios	4 / Sete Lagoas	3,614	70.400,72
Paraopeba	4 / Sete Lagoas	3,455	67.303,40
Pompéu	4 / Sete Lagoas	3,241	63.134,68
			434.598,80
Curvelo	5 / Curvelo	3,746	72.972,08
Felixlândia	5 / Curvelo	3,074	59.881,52
Três Marias	5 / Curvelo	2,562	49.907,76
			182.761,36
TOTAL			1.947.980,52

Elaboração: VALE S/A., 2022.

Salienta-se que as instituições parceiras executoras selecionadas via edital e contratadas serão responsáveis por acompanhar todo o processo de implementação, monitoramento e avaliação dos projetos de forma contínua. Esse projeto será constantemente assessorado e monitorado pela equipe técnica do PEABP e pelo Fundo Brasileiro de Educação Ambiental/FunBEA, visando acompanhar a capilaridade e enraizamento no território, com foco na constituição e fortalecimento da Rede de Educação Ambiental na bacia do rio Paraopeba.

Com o objetivo de assegurar a plena execução do Projeto Executivo Coletivos Educadores Municipais (CEM), faz-se necessário o estabelecimento de parcerias no que tange a execução, assessoramento e monitoramento das ações do projeto. Para tanto, as parcerias serão realizadas no âmbito abaixo:

- Organizações da Sociedade Civil (OSC): com o objetivo de formar e potencializar as instituições locais/regionais por meio da transferência de tecnologia social no campo da Educação Ambiental Crítica, as OSCs serão selecionadas via edital, contratadas e formadas para a condução do projeto executivo Coletivos Educadores Municipais na Área de Abrangência do PEABP. É de responsabilidade das organizações executoras a articulação institucional, a mobilização dos potenciais participantes a comporem os Coletivos Educadores Municipais, a organização da infraestrutura e logística de participação, a facilitação dos encontros formativos por meio do Cardápio de Aprendizagem, a facilitação na estruturação, implantação e monitoramento dos Projetos de Intervenção Educadora (PIE) nos 26 municípios da Área de Abrangência do PEABP.

Com o objetivo de fortalecer e enraizar a Educação Ambiental na Área de Abrangência do PEABP, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental /FunBEA foi contratado com o objetivo de conceber o Plano de Trabalho pedagógico e operacional (modus operandi) da implementação do Projeto Coletivos Educadores Municipais.

No contexto do PEABP, é papel do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental/FunBEA, realizar a seleção e contratação das OSCs executoras, propor e realizar as formações das OSCs, qualificar para o controle e gestão financeira dos recursos utilizados para implementação de intervenções educadoras nos 26 municípios, bem como o monitoramento de todo o projeto.

5. Recursos necessários

A estimativa orçamentária do Projeto CEM é de R\$ 40.910.000,00.

6. Acompanhamento e Avaliação

6.1. Relatórios de acompanhamento

A verificação e avaliação do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) será realizado pela equipe gestora do PEABP com o suporte do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental/Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental, com o objetivo de acompanhar a execução das atividades, verificar o cumprimento de metas e registrar as atividades que alimentam a base de dados dos indicadores.

A proposta de avaliação deste Projeto apresentada a seguir se refere ao processo de acompanhamento do PRSA que contempla a apresentação de resultados em plataforma digital e relatórios de acompanhamento das ações realizadas e resultados obtidos. Dessa forma, todo o fluxo de documentos, como envios e controle de versões, dados técnicos e indicadores serão concentrados nesse instrumento e os atores sociais diretos notificados das atualizações.

Na plataforma digital, objeto de detalhamento do Capítulo 4, os dados obtidos no Programa, evidências de atividades e documentos relevantes do processo serão disponibilizados para consulta. Nesse ambiente também serão disponibilizados resultados dos indicadores que compõem o Projeto, conforme suas periodicidades apresentadas no item a seguir (6.2 Metas e Indicadores).

O Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) prevê a elaboração de relatórios de acompanhamento bienal, os quais conterão as principais informações geradas pela compilação dos indicadores e a compilação das principais informações sobre o desenvolvimento das atividades previstas. Neste sentido visa trazer respostas consolidadas sobre o processo de implantação e desenvolvimento do Projeto.

6.2. Metas e indicadores

Visando o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM) foram definidos metas e indicadores para cada um dos objetivos específicos do Projeto.

Assim como para o Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP), os indicadores e metas estabelecidas para este Projeto apresentam-se como marcos de entrega, ao que, a execução das ações propostas caracteriza a conclusão da obrigação de fazer³.

³ No CAP.3, item 3.1.3 Metas e Indicadores Socioambientais do Capítulo Introdutório, está posto que: “os programas não vinculados à reparação direta dos impactos, que são: os programas transversais; os de caracterização/diagnóstico; e aqueles voltados aos temas que guardam interface com a socioeconomia, ou seja, programas que tratam dos impactos classificados como parcela de escopo Anexo II.1 detalhado no item 3.2.1; e projetos específicos associados aos planos e programas, as metas estabelecidas apresentam-se como marcos de entrega, ao que, a execução das ações propostas caracterizam a conclusão da obrigação de fazer.” (PRSA, 35:2022).

O Projeto CEM segue a metodologia referente à elaboração de metas e indicadores proposta no Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba (PRSA), no qual as metas e os indicadores vão informar a efetividade das ações definidas no âmbito dos programas (Capítulo 3), propostos para reparar os impactos identificados (Capítulo 2), visando restabelecer as condições anteriores ao rompimento (Capítulo 1).

Assim, em concordância com o pressuposto conceitual, adotado para a definição dos indicadores do PRSA, apresentados no item 6.2. Metas e Indicadores Socioambientais do Capítulo 3, são estabelecidas as metas e identificados os indicadores para acompanhamento do Projeto CEM.

Os indicadores definidos permitirão:

- Verificar se o projeto está atingindo os objetivos específicos e as metas assumidas;
- Verificar se os pressupostos inicialmente definidos continuam relevantes e atuais;
- Avaliar o grau de implementação das ações preconizadas.

Das categorias de indicadores considerados pelo modelo conceitual adotado para a definição dos indicadores do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba, o Projeto CEM faz uso das seguintes:

- *Indicadores de realização*, que se relacionam diretamente com as atividades realizadas em um programa;
- *Indicadores de resultados*, que permitem medir os efeitos diretos e de curto prazo de um Programa/intervenção.

Para acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto CEM foi preliminarmente proposto um quadro (Quadro 1) que envolve objetivos específicos, metas e indicadores.

Salienta-se que a Vale assegura a oferta do número de vagas apresentado na Tabela 2 e oportuniza o valor de fomento apresentado na Tabela 5, de forma a viabilizar os resultados esperados.

Quadro 1 – Indicadores do Projeto Coletivos Educadores Municipais (CEM).

Indicadores Projeto CEM						
Objetivos específicos	Nome do indicador	Tipo de indicador	Periodicidade da análise	Meta	Referência da Meta (legal, baseline, literatura, outro)	Indicador chave
Contribuir para o fortalecimento das instituições governamentais e parceiros da sociedade civil a partir da atuação integrada e colaborativa nos CEMs.	Número de edital lançado por ciclo.	Realização	Bienal	01 Edital lançado por ciclo.	Operacional	não
Apoiar e estimular processos participativos que apontem para o protagonismo social nas questões socioambientais do território, no contexto da reparação socioambiental da bacia do rio Paraopeba.	Percentual de reuniões de articulações realizadas.	Realização	Bienal	100% de reuniões de articulações realizadas para constituição dos CEMs com os municípios (Secretarias Municipais de Educação e/ou Meio Ambiente) que aderirem ao PEABP.	Operacional	não
	Percentual de reuniões de mobilizações formativas realizadas.	Realização	Bienal	100% de mobilizações formativas realizadas para constituição dos CEMs com os municípios (Secretarias Municipais de Educação e/ou Meio Ambiente) que aderirem ao PEABP.	Operacional	não

Indicadores Projeto CEM						
Objetivos específicos	Nome do indicador	Tipo de indicador	Periodicidade da análise	Meta	Referência da Meta (legal, baseline, literatura, outro)	Indicador chave
	Percentual de reuniões realizadas para formalização do vínculo de participação ao projeto CEM.	Realização	Bienal	100% de reuniões realizadas para formalização do vínculo (aceite e não aceite) ao Projeto CEM com os municípios (Secretarias Municipais de Educação e/ou Meio Ambiente) que aderirem ao PEABP.	Operacional	não
	Percentual de Coletivos Educadores Municipais constituídos.	Resultado	Bienal	Ao menos 50% de Coletivos Educadores Municipais constituídos nos municípios que formalizaram vínculo com o Projeto CEM.	Operacional	não
	Número de vagas disponibilizadas.	Realização	Bienal	410 vagas disponibilizadas por ciclo para os municípios que formalizaram vínculo com o Projeto CEM.	Operacional	não
	Percentual de carga horária executada por ciclo formativo.	Realização	Bienal	Ofertar 100% da carga horária prevista no cardápio de aprendizagem do processo formativo executada por ciclo.	Operacional	não

Indicadores Projeto CEM						
Objetivos específicos	Nome do indicador	Tipo de indicador	Periodicidade da análise	Meta	Referência da Meta (legal, baseline, literatura, outro)	Indicador chave
Contribuir para o fortalecimento das instituições da sociedade civil, os projetos e seus atores sociais locais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em projetos socioambientais, ampliando o envolvimento da sociedade em intervenções educadoras.	Percentual de projetos de intervenção educadora elaborados.	Realização	Bienal	100% de projetos de intervenção educadora elaborados nos municípios que formalizaram vínculo com o Projeto CEM.	Operacional	não
Contribuir para a construção e fortalecimento de uma rede colaborativa de educadores ambientais, que desenvolvam projetos socioambientais contextualizados com a realidade do território.	Percentual de fomento aos projetos de intervenção educadora elaborados.	Realização	Bienal	100% de fomento aos projetos de intervenção educadora elaborados por ciclo para os municípios que formalizaram vínculo com o Projeto CEM.	Operacional	não

Fonte: VALE S/A., 2022. Elaboração: Arcadis, 2022.

6.3. Métodos de cálculo e aferição dos indicadores

6.3.1. Indicadores de realização

▪ Número de edital lançado por ciclo.

Este indicador tem o objetivo de mensurar o esforço e capacidade de articulação da equipe do PEABP junto às instituições do terceiro setor, que estejam aptas para atuarem como executoras no processo de implantação do Projeto CEM.

Caberá a equipe do PEABP por meio do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental lançar um chamamento para o cadastramento dos potenciais instituições parceiras, para a seleção daquelas que irão atuar na constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais. Em seguida as instituições cadastradas serão convidadas a participarem de fóruns virtuais para apresentação do PEABP, alinhamento conceitual das diretrizes e documentos norteadores adotados pelo Programa. Nestes fóruns também será realizada a orientação das instituições quanto aos procedimentos e normas legais que serão exigidos para participação nos editais de contratação de parceiras que conduzirão as etapas de constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais.

Em seguida a equipe do PEABP por meio do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental irá publicar um edital para a seleção das instituições que irão atuar na constituição dos Coletivos Educadores Municipais nos municípios na área de abrangência do PEABP.

Portanto, a métrica desse indicador será realizada a partir da somatória dos editais lançados a cada ciclo estabelecido para o Projeto CEM.

A medição desse indicador tem como pressuposto que as gestões municipais podem declinar dos contatos e convites feitos (não formalizar vínculo com o projeto CEM, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao PEABP). E como forma de evidência serão registrados os convites e contatos feitos por parte da equipe de execução do PEABP, assim como o declínio do convite por parte dos municípios, podendo ser de forma oficial da apresentação de carta de recusa, e-mail, evidência via WhatsApp ou outra forma evidenciada durante o processo.

A meta deste indicador será a elaboração de 1 (um) edital por ciclo estabelecido para o Projeto CEM.

▪ Percentual de reuniões de articulações realizadas.

Este indicador tem o objetivo de mensurar e verificar o desenvolvimento da etapa inicial de articulação institucional junto aos municípios abrangidos pelo Projeto.

Entende-se que a articulação institucional se dará por meio das tratativas com as secretarias municipais relacionadas a educação e meio ambiente dos 26 municípios que compreende a Área de Abrangência do PEABP, sendo importante e necessária etapa para a implementação do Projeto. Nestas reuniões será apresentado o Projeto, esclarecido cada etapa a ser desenvolvida e, ao final, formalizar a adesão das prefeituras municipais nos Coletivos Educadores e levantar informações que contribuam para o mapeamento da rede potencial de parceiros e do público-alvo estratégico.

Este indicador será calculado por meio da divisão do número de municípios nos quais foram realizadas as reuniões de articulação pelo número total de municípios que aceitaram participar do PEABP, obtendo assim o percentual de reuniões de articulações que foram realizadas em relação àquelas previstas no Projeto.

A meta deste indicador será a realização de 100% de reuniões de articulações para constituição dos CEMs previstas no Projeto CEM com os municípios (Secretaria Municipal de Educação e/ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente) que aderirem ao PEABP.

Pressupõe-se aqui que a partir da assinatura do Termo de Adesão ao PEABP pelos municípios, estes indicam o interesse em participar dos projetos do Programa, incluindo aqui o Projeto CEM. No entanto, ainda assim, o município pode declinar em algum Projeto. Nesse caso, a negativa deverá ser formalizada por ofício, ata de reunião, e-mail, a ser acordado com o município.

- **Percentual de reuniões de mobilizações formativas realizadas.**

Este indicador tem o objetivo de mensurar e verificar o desenvolvimento da etapa de mobilização formativa para a constituição dos Coletivos Educadores Municipais.

De forma a dar sequência na etapa anterior, de reunião de articulação inicial, outros encontros serão agendados junto às secretarias municipais relacionadas a educação e meio ambiente dos 26 municípios que compreende a Área de Abrangência do PEABP, e objetiva-se apresentar, em maior detalhamento o Projeto CEM, esclarecer e compartilhar informações sobre cada etapa a ser desenvolvida e identificar sinergias entre as ações municipais e os Projetos do PEABP.

Este indicador será calculado por meio da divisão do número de municípios onde foram realizadas as reuniões de mobilizações formativas pelo número total de municípios que aceitaram participar do PEABP, obtendo assim o percentual de reuniões de mobilizações formativas realizadas dentro do Projeto.

A meta deste indicador será a realização de 100% de reuniões de mobilizações formativas para constituição dos CEMs, previstas no Projeto CEM, com os municípios (Secretaria Municipal de Educação e/ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente) que aderirem ao PEABP.

Pressupõe-se aqui que a partir da assinatura do Termo de Adesão ao PEABP pelos municípios, estes irão garantir a participação em todos os projetos do Programa, incluindo aqui o Projeto CEM. Caso o município decline em algum projeto, a negativa deverá ser formalizada por ofício, ata de reunião, e-mail, a ser acordado com o município.

- **Percentual de reuniões realizadas para formalização do vínculo de participação ao projeto CEM.**

Este indicador tem o objetivo de mensurar e verificar o desenvolvimento da etapa final da constituição e formação dos Coletivos Educadores Municipais.

Este será o momento do Projeto no qual serão realizadas as reuniões para preparar as gestões municipais para o estabelecimento do vínculo dos municípios ao PEABP e ao CEM.

Este indicador será calculado por meio da divisão do número de municípios com os quais houve reuniões para formalização do vínculo de participação ao Projeto CEM pelo número total de municípios que aceitaram participar do PEABP, obtendo assim o percentual de reuniões para formalização do vínculo de participação ao Projeto CEM realizadas dentro do Projeto.

A meta deste indicador será a realização de 100% de reuniões para formalização do vínculo (aceite e não aceite) ao Projeto CEM com os municípios (Secretaria Municipal de Educação e/ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente) que aderirem ao PEABP.

Pressupõe-se aqui que a partir da assinatura do Termo de Adesão ao PEABP pelos municípios, estes irão garantir a participação em todos os projetos do Programa, incluindo aqui o Projeto CEM. Caso o município decline em algum projeto, a negativa deverá ser formalizada por ofício, ata de reunião, e-mail, a ser acordado com o município.

- **Número de vagas disponibilizadas.**

Este indicador tem o objetivo de mensurar e verificar o desenvolvimento da etapa de formação prevista no Projeto para os interessados em participar dos Coletivos Educadores Municipais.

A partir da formalização do vínculo com o projeto CEM, inicia-se a constituição dos Coletivos Educadores Municipais, nesse momento deverão ser ofertadas vagas para o processo formativo.

Este indicador tem como parâmetro a quantidade de vagas que foi baseada na arquitetura de capilaridade, sugerida pelo Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais - ProFEA (documento técnico nº 07 – órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei 9.795/1999), e da experiência de outros Coletivos Educadores, desenvolvidos no território, e a distribuição por município com na metodologia apresentada no Anexo VI do PEABP.

Desta forma, este indicador será calculado pela somatória das vagas disponibilizadas por ciclo para os municípios que formalizaram vínculo com o Projeto CEM.

A meta deste indicador será a disponibilização de 410 vagas por ciclo para os municípios que aderiram ao PEABP, e em conformidade com a distribuição de vagas apresentadas no item de Área de Abrangência e Público-alvo.

- **Percentual de carga horária executada por ciclo formativo.**

Este indicador tem o objetivo de mensurar e verificar o desenvolvimento da etapa de formação prevista no Projeto para os interessados em participar dos Coletivos Educadores Municipais.

O processo formativo (cardápio de aprendizagem) previsto na formação dos Coletivos Educadores, elaboração e implementação dos Projetos de Intervenção Educadora (PIE) tem carga horária de 72 horas anuais de formação, totalizando 144h/ciclo de formação (1 ciclo = 02 anos).

Este indicador será calculado pela divisão do número de horas executadas, dentro de cada ciclo formativo, pelo número total de horas previstas no projeto, dentro do cardápio de

aprendizagem do processo formativo, resultando no percentual de carga horária executada por ciclo.

A meta deste indicador será de ofertar 100% da carga horária prevista no cardápio de aprendizagem do processo formativo por ciclo prevista no Projeto CEM.

- **Percentual de projetos de intervenção educadora elaborados.**

Este indicador tem o objetivo de mensurar e verificar o desenvolvimento de projetos de intervenção educadora no âmbito do Projeto CEM.

A partir da constituição dos Coletivos Educadores Municipais, inicia-se a formação do Coletivo Educador Municipal durante o primeiro ano do Projeto CEM. Ao final deste ano, cada coletivo irá elaborar um Projeto de Intervenção Educadora (PIE) que será executado durante o segundo ano formativo, estimando-se 26 projetos elaborados por ciclo.

Este indicador será calculado a partir da divisão do número de Projetos de Intervenção Educadora (PIE) que já foram elaborados dentro do Projeto CEM, considerando-se todos os ciclos desenvolvidos até o momento, dividido pelo número total de Projetos de Intervenção Educadora (PIE) previstos para o Projeto CEM, com base no número de municípios que aderiram ao PEABP e ao Projeto CEM, obtendo-se o percentual de projetos elaborados.

A meta deste indicador será a realização de 100% dos projetos de intervenção educadora elaborados nos municípios que formalizaram vínculo com o Projeto CEM.

- **Percentual de fomento aos projetos de intervenção educadora elaborados.**

Este indicador tem o objetivo de acompanhar a disponibilização do suporte financeiro voltado para a implementação do Projeto Coletivos Educadores Municipais.

O Projeto CEM tem o objetivo de apoiar a implantação do projeto de intervenção educadora de cada Coletivo Educador Municipal, sendo que ao final de cada ciclo será oportunizada a constituição de 01 Coletivo Educador por município e o apoio à implantação de 01 projeto por município, estimando-se 26 projetos implantados por ciclo.

Para a implementação do Projeto CEM, em cada ciclo serão disponibilizados no total R\$ 1.947.980,52 (Um milhão novecentos e quarenta e sete mil e novecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos) distribuídos entre os 26 municípios, mediante metodologia apresentada no Anexo VI do PEABP e explicitada no item de Abrangência e Público-alvo.

Desta forma, a métrica deste indicador será obtida pela divisão dos valores investidos no projeto de intervenção educadora do CEM, em cada ciclo em relação ao total disponibilizado para cada ciclo, obtendo assim o percentual total de fomento empregado por ciclo.

A meta deste indicador será de disponibilizar 100% de fomento aos projetos de intervenção educadora elaborados por ciclo, conforme estabelecido na Etapa 6 do Projeto CEM.

6.3.2. Indicadores de resultado

- **Percentual de Coletivos Educadores Municipais constituídos.**

Este indicador tem o objetivo de mensurar o resultado das ações de implementação do Projeto CEM nos municípios abrangidos pelo PEABP.

A métrica desse indicador será obtida pelo percentual de municípios, onde foram constituídos Coletivos Educadores Municipais, em relação ao total de municípios que aderiram ao PEABP e formalizaram a participação nesse Projeto.

A meta deste indicador é formação de Coletivos Educadores Municipais em pelo menos 50% dos municípios que aderirem ao PEABP e formalizaram a participação nesse Projeto.

Caso não sejam constituídos os Coletivos Educadores nos municípios que aderirem ao Projeto por falta de quórum (interesse de participação), será realizado esforço adicional da equipe do PEABP para mobilização de pessoas aos moldes de “2ª chamada”. A partir disso, a constituição dos Coletivos será realizada com o número de pessoas interessadas, sem atrelar a quantidade mínima necessária.

7. Cronograma e periodicidade das ações

Etapas - Projeto Coletivos Educadores Municipais - Anos 01 a 04	Ano 01												Ano 02												Ano 03												Ano 04											
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
Marco Zero/ Etapa 1																																																
Implementação do Ciclo 1 (etapas de 2 a 6)																																																
Implementação do Ciclo 2 (etapas de 2 a 6)																																																
Monitoramento do Projeto Coletivos Educadores Municipais																																																
Relatórios de Avaliação do Projeto Coletivos Educadores Municipais (apresentado pelas OSCs e FunBEA)																																																

Obs: O cronograma detalhado de acordo com cada etapa de execução e ciclo será apresentado no Plano de Trabalho.

Etapas - Projeto Coletivos Educadores Municipais - Anos 01 a 04	Ano 05												Ano 06												Ano 07																							
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
Implementação do Ciclo 2 (etapas de 2 a 6)																																																
Implementação do Ciclo 3 (etapas de 2 a 6)																																																
Monitoramento do Projeto Coletivos Educadores Municipais																																																
Relatórios de Avaliação do Projeto Coletivos Educadores Municipais (apresentado pelas OSCs e FunBEA)																																																
Avaliação e encerramento do PEABP com a participação das OSCs e FunBEA/Relatório Final																																																

Obs: O cronograma detalhado de acordo com cada etapa de execução e ciclo será apresentado no Plano de Trabalho.

Elaboração: VALE S/A., 2022.

Arcadis Brasil

Av. das Nações Unidas, 12.995 – 14º andar, conjunto 141
Brooklin Paulista, São Paulo, SP – Brasil – 04578-911
T: +55 (11) 3117.3171

arcadis.com